



Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012

Autoria: Senador Blairo Maggi (PL/MT)

Iniciativa:

Ementa:

Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.

Explicação da Ementa:

Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º da Lei nº 8.009/90 (dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família), sendo que, após a revogação, a impenhorabilidade não terá mais entre as suas exceções os seguintes casos: cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar (inciso IV); execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar (inciso V); obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação (inciso VII).

Assunto: Jurídico - Direito Civil

Data de Leitura: 08/08/2012

Tramitação encerrada

Decisão: Arquivada ao final da Legislatura (art.

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Despacho:

08/08/2012 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Cássio Cunha Lima (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Relator(es):

Senador Cyro Miranda (encerrado em 13/03/2013 - Alteração na composição da comissão)

Senador Anibal Diniz (encerrado em 23/10/2013 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

10/03/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

18/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pelo Senador Cássio Cunha Lima, em atendimento ao art. 89, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

05/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Cássio Cunha Lima, para emitir relatório.

29/11/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 9 horas e 18 minutos.
Matéria aguardando distribuição.

27/11/2013 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento da tramitação.

23/10/2013 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 53ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Aníbal Diniz, que passa a constituir o Parecer da CDH, concluindo pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012, e apresentação de novo Projeto de Lei.

Anexei às fls. 05 a 13, o Relatório aprovado na Comissão e a lista de votação.

11/07/2013 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Devolvido nesta data pelo Senador Aníbal Diniz, com Relatório concluindo pela rejeição do PLS nº 297, de 2012, e, na forma do art. 133, inciso V, alínea "a", do RISF, pela apresentação de Projeto de Lei do Senado.

TRAMITAÇÃO

10/04/2013 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: A Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senadora Ana Rita, designa o Senador Aníbal Diniz relator da matéria.
Ao Gabinete do Senador Aníbal Diniz.

10/04/2013 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Cyro Miranda para redistribuição, por deixar de compor a Comissão.

Matéria aguardando designação de Relator.

06/09/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Senador Paulo Paim, designa o Senador Cyro Miranda relator da matéria.
Ao Gabinete do Senador Cyro Miranda.

17/08/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

10/08/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Prazo para recebimento de emendas:
Primeiro dia: 10.08.2012
Último dia: 16.08.2012.

09/08/2012 SF-CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Aguardando abertura de prazo para recebimento de emendas.

08/08/2012 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: 17:36 - Leitura.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa ; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Publicado no DSF Páginas 40414-40415

08/08/2012 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 4 (quatro) folhas numeradas e rubricadas.

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 297/2012

Data: 08/08/2012**Autor:** Senador Blairo Maggi (PL/MT)**Local:** null**Descrição/Ementa:** Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.

Avulso inicial da matéria

Data: 08/08/2012**Autor:** -**Local:** SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO**Ação Legislativa:** 17:36 - Leitura.
Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa ; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.
A matéria poderá receber emendas por um período de cinco dias úteis perante a primeira comissão, após sua publicação e distribuição em avulsos.

Legislação citada

Data: 09/08/2012**Autor:** -**Local:** null

Relatório Legislativo

Data: 11/07/2013**Autor:** Senador Aníbal Diniz (PT/AC)**Local:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**Ação Legislativa:** Devolvido nesta data pelo Senador Aníbal Diniz, com Relatório concluindo pela rejeição do PLS nº 297, de 2012, e, na forma do art. 133, inciso V, alínea "a", do RISF, pela apresentação de Projeto de Lei do Senado.